

2ª edição – 2006

© Éditions Gallimard, 1994

© Presses Universitaires de France, 1984, Éditions Gallimard, 1994 e Livraria Martins Fontes Editora, 2001, para o texto Foucault

Traduzido de:  
*Dits et écrits*

*Cet ouvrage, publié dans le cadre du programme d'aide à la publication, bénéficie du soutien du Ministère Français des Affaires Étrangères, de l'Ambassade de France au Brésil et de la Maison de France de Rio de Janeiro.*

Este livro, publicado no âmbito do programa de participação à publicação, contou com o apoio do Ministério Francês das Relações Exteriores, da Embaixada da França no Brasil e da Maison de France do Rio de Janeiro.

*Ouvrage publié avec l'aide du Ministère Français Chargé de la Culture – Centre National du Livre.*  
Obra publicada com a ajuda do Ministério Francês da Cultura – Centro Nacional do Livro.

Foto da capa: Jacques Robert

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

F86c Foucault, Michel, 1926-1984  
2.ed. Ética, sexualidade, política / Michel Foucault; organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

(Ditos e escritos; V)

Tradução de: Dits et écrits  
ISBN 85-218-0400-8

1. Ética. 2. Sexo. 3. Ciência política. 4. Filosofia francesa – Século XX.  
I. Título. II. Série.

06-1941.

CDD 194  
CDU I (44)

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela

**EDITORA FORENSE UNIVERSITÁRIA**

**Rio de Janeiro:** Rua do Rosário, 100 – Centro – CEP 20041-002

Tels./Fax: 2509-3148 / 2509-7395

**São Paulo:** Senador Paulo Egídio, 72 – slj. 6 – Centro – CEP 01006-010

Tels./Fax: 3104-2005 / 3104-0396 / 3107-0842

e-mail: editora@forenseuniversitaria.com.br

http://www.forenseuniversitaria.com.br

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

## Apresentação

Construída sob o signo do novo, a obra de Michel Foucault subverteu, transformou, modificou nossa relação com o saber e a verdade. A relação da filosofia com a razão não é mais a mesma depois da *História da loucura*. Nem podemos pensar da mesma forma o estatuto da punição em nossas sociedades. A intervenção teórico-ativa de Michel Foucault introduziu também uma mudança nas relações de poder e saber da cultura contemporânea, a partir de sua matriz ocidental na medicina, na psiquiatria, nos sistemas penais e na sexualidade. Pode-se dizer que ela colabora para efetuar uma mudança de *episteme*, para além do que alguns chamam de pós-estruturalismo ou pós-modernismo.

A edição francesa dos *Ditos e escritos* em 1994 pelas Edições Gallimard desempenha um papel fundamental na difusão de uma boa parte da obra do filósofo cujo acesso ao público era difícil, ou em muitos casos impossível. Além de suas grandes obras, como *As palavras e as coisas*, *História da loucura*, *Vigiar e punir*, *O nascimento da clínica*, *Raymond Roussel* e *História da sexualidade*, Foucault multiplicou seus escritos e a ação dos seus ditos, na Europa, nas Américas, na Ásia e no Norte da África. Suas intervenções foram das relações da loucura e da sociedade, feitas no Japão, a reportagens sobre a revolução islâmica em Teerã, e debates no Brasil sobre a penalidade e a política. Este trabalho foi em parte realizado através de um grande número de textos, intervenções, conferências, introduções, prefácios e artigos publicados numa vasta gama de países que vai do Brasil aos Estados Unidos, à Tunísia, à Itália e ao Japão. As Edições Gallimard recolheram esses textos numa primeira edição em quatro volumes, com exceção dos livros. A estes seguiu-se uma outra edição em dois volumes, que conserva a totalidade dos textos da primeira. A edição francesa pretendeu a exaustividade, organizando a totalidade dos textos publicados quando Michel Foucault vivia, embora seja prová-

## Sobre a edição brasileira

A edição brasileira é bem mais ampla do que a americana, publicada em três volumes, e também do que a italiana. Sua diagramação segue praticamente o modelo francês. A única diferença significativa é que na edição francesa a cada ano abre-se uma página e os textos entram em seqüência numerada (sem abrir página). Na edição brasileira, todos os textos abrem página e o ano se repete. Abaixo do título há uma indicação de sua natureza: artigo, apresentação, prefácio, conferência, entrevista, discussão, intervenção, resumo de curso. Essa indicação, organizada pelos editores, foi mantida na edição brasileira, assim como a referência bibliográfica de cada texto, que figura sob seu título.

A edição francesa possui um duplo sistema de notas: as notas numeradas foram redigidas pelo autor, e aquelas com asterisco foram feitas pelos editores franceses. Na edição brasileira, há também dois sistemas, com a diferença de que as notas numeradas compreendem tanto as originais de Michel Foucault quanto as dos editores franceses. Para diferenciá-las, as notas do autor possuem um (N.A.) antes de iniciar-se o texto. Por sua vez, as notas com asterisco, na edição brasileira, se referem àquelas feitas pelo tradutor ou pelo revisor técnico, e vêm com um (N.T.) ou um (N.R.) antes de iniciar-se o texto.

Esta edição permite o acesso a um conjunto de textos antes inacessíveis, fundamentais para pensar questões cruciais da cultura contemporânea, e, ao mesmo tempo, medir a extensão e o alcance de um trabalho, de um *work in progress* dos mais importantes da história do pensamento em todas as suas dimensões, éticas, estéticas, literárias, políticas, históricas e filosóficas.

Manoel Barros da Motta

## Sumário

1978 – A Evolução da Noção de “Indivíduo Perigoso” na Psiquiatria Legal do Século XIX . . . . .	1
1978 – Sexualidade e Política. . . . .	26
1978 – A Filosofia Analítica da Política. . . . .	37
1978 – Sexualidade e Poder . . . . .	56
1979 – É Inútil Revoltar-se?. . . . .	77
1980 – O Verdadeiro Sexo . . . . .	82
1981 – Sexualidade e Solidão. . . . .	92
1982 – O Combate da Castidade . . . . .	104
1982 – O Triunfo Social do Prazer Sexual: uma Conversação com Michel Foucault . . . . .	119
1983 – Um Sistema Finito Diante de um Questionamento Infinito. . . . .	126
1983 – A Escrita de Si . . . . .	144
1983 – Sonhar com Seus Prazeres. Sobre a “Onirocrítica” de Artemidoro. . . . .	163
1983 – O Uso dos Prazeres e as Técnicas de Si. . . . .	192
1984 – Política e Ética: uma Entrevista . . . . .	218
1984 – Polêmica, Política e Problematizações . . . . .	225
1984 – Foucault . . . . .	234
1984 – O Cuidado com a Verdade . . . . .	240
1984 – O Retorno da Moral . . . . .	252
1984 – A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade . . . . .	264
1984 – Uma Estética da Existência . . . . .	288
1988 – Verdade, Poder e Si Mesmo . . . . .	294
1988 – A Tecnologia Política dos Indivíduos . . . . .	301
Índice de Obras . . . . .	319
Índice Onomástico. . . . .	320
Organização da Obra Ditos e Escritos . . . . .	323

– *Princípio regulador?*

– Não diria princípio regulador, pois seria ir longe demais, porque, a partir do momento em que se diz princípio regulador, admite-se que é em função disso que o fato deve se organizar, dentro dos limites que podem ser definidos pela experiência ou pelo contexto. Diria sobretudo que talvez esta seja uma idéia crítica a ter sempre em mente: perguntar-se qual é a parte de não-consensualidade implicada em tal relação de poder, e se esta parte de não-consensualidade é necessária ou não, e então é possível interrogar qualquer relação de poder dessa forma. Em última instância, diria: talvez não se deva ser a favor da consensualidade, mas contra a não-consensualidade.

– *O problema da sujeição não é o mesmo da organização. Na época atual, vemos frequentemente, em nome do consenso, da libertação, da expressão pessoal etc., um funcionamento totalmente diferente dos campos de poder que não é o da dominação no sentido estrito, mas que tampouco é muito atraente. Do meu ponto de vista, um dos avanços realizados pelos analistas do poder foi mostrar que certas concepções de sujeição, que não era uma organização no sentido estrito, podiam ser, no entanto, muito perigosas.*

– O poder do tipo disciplinar, tal como aquele que é exercido – pelo menos que foi exercido – em um certo número de instituições, no fundo aquelas que Goffman chamava de instituições totais, é absolutamente localizado, é uma fórmula inventada em um momento determinado, que produziu um certo número de resultados, que foi vivida como totalmente insuportável ou parcialmente insuportável; mas é claro que não é isso que representa de maneira adequada todas as relações de poder e as possibilidades de relação de poder. O poder não é a disciplina; a disciplina é um procedimento possível do poder.

– *Mas existem relações de disciplina que não sejam necessariamente relações de dominação?*

– Certamente, há disciplinas consensuais. Tentei indicar os limites do que eu pretendia fazer, ou seja, a análise de uma figura histórica precisa, de uma técnica precisa de governo dos indivíduos. Conseqüentemente, essas análises não podem, de forma alguma, valer, para mim, como uma analítica geral de qualquer relação de poder possível.

1984

## Polêmica, Política e Problematizações

“Polemics, politics and problematizations” (“Polêmica, política e problematizações”; entrevista com P. Rabinow, maio de 1984), respostas traduzidas em inglês, in Rabinow (P.), ed., *The Foucault Reader*, Nova Iorque, Pantheon, Books, 1984, ps. 381-390.

– *Por que o senhor se mantém afastado da polêmica?*

– Gosto de discutir e trato de responder às perguntas que me fazem. Não gosto, é verdade, de participar de polêmicas. Se abro um livro em que o autor taxa um adversário de “esquerdista pueril”, fecho-o imediatamente. Essas não são as minhas maneiras de fazer; não pertencço ao mundo daqueles que delas se utilizam. Em relação a essa diferença, considero uma coisa essencial: trata-se de toda uma moral, aquela que se refere à busca da verdade e à relação com o outro.

No jogo sério das perguntas e respostas, no trabalho de elucidação recíproco, os direitos de cada um são de qualquer forma imanentes à discussão. Eles decorrem apenas da situação de diálogo. Aquele que questiona nada mais faz do que usar um direito que lhe é dado: não ter certeza, perceber uma contradição, ter necessidade de uma informação suplementar, defender diferentes postulados, apontar um erro de raciocínio. Quanto àquele que responde, ele tampouco dispõe de um direito a mais em relação à própria discussão; ele está ligado, pela lógica do seu próprio discurso, ao que disse previamente e, pela aceitação do diálogo, ao questionamento do outro. Perguntas e respostas decorrem de um jogo – simultaneamente agradável e difícil – em que cada um dos dois parceiros se esforça para só usar os direitos que lhe são dados pelo outro, e pela forma de diálogo convencional.

O polemista prossegue investido dos privilégios que detém antecipadamente, e que nunca aceita recolocar em questão.

Possui, por princípio, os direitos que o autorizam à guerra e que fazem dessa luta um empreendimento justo; não tem diante dele um parceiro na busca da verdade, mas um adversário, um inimigo que está enganado, que é perigoso e cuja própria existência constitui uma ameaça. O jogo para ele não consiste, portanto, em reconhecê-lo como sujeito com direito à palavra, mas em anulá-lo como interlocutor de qualquer diálogo possível, e seu objetivo final não será se aproximar tanto quanto possível de uma difícil verdade, mas fazer triunfar a justa causa da qual ele é, desde o início, o portador manifesto. O polemista se sustenta em uma legitimidade da qual seu adversário, por definição, está excluído.

Talvez seja preciso fazer um dia a longa história da polêmica como figura parasitária da discussão e obstáculo à busca da verdade. Muito esquematicamente, creio que seria possível reconhecer atualmente nela a presença de três modelos: o religioso, o jurídico e o político. Como na heresiologia, a polêmica se encarrega de determinar o ponto de dogma intangível, o princípio fundamental e necessário que o adversário negligenciou, ignorou ou transgrediu; e, nessa negligência, denuncia a falta moral; na origem do erro, descobre a paixão, o desejo, o interesse, toda uma série de fraquezas e apegos inconfessáveis que a transformam em culpabilidade. Como na prática jurídica, a polêmica não abre a possibilidade de uma discussão no mesmo plano, ela instrui um processo; ela não se relaciona com um interlocutor, mas com um suspeito; ela reúne as provas de sua culpabilidade e, designando a infração que ele cometeu, pronuncia o veredicto e lança a condenação. De qualquer forma, não estamos na ordem de uma investigação realizada em comum; o polemista diz a verdade na forma de julgamento e de acordo com a autoridade que ele próprio se atribuiu. Porém, este é o modelo político mais poderoso atualmente. A polêmica define alianças, recruta partidários, produz a coalizão de interesses ou opiniões, representa um partido; faz do outro um inimigo portador de interesses opostos contra o qual é preciso lutar até o momento em que, vencido, ele nada mais terá a fazer senão se submeter ou desaparecer.

É claro que a reativação, na polêmica, dessas práticas políticas, jurídicas ou religiosas não passa de teatro. Gesticula-se: anátemas, excomunhões, condenações, batalhas, vitó-

rias e derrotas não passam, no fundo, de maneiras de dizer. E, no entanto, também são, na ordem do discurso, maneiras de fazer que não deixam de ter conseqüência. Há efeitos de esterilização: alguém já viu uma idéia nova surgir de uma polêmica? E poderia ser de outra maneira, uma vez que os interlocutores são nela incitados não a avançar, não a se arriscar sempre mais no que dizem, mas a se fechar incessantemente no justo direito que eles reivindicam, na sua legitimidade que devem defender e na afirmação de sua inocência! E o mais grave: nessa comédia, imita-se a guerra, a batalha, os aniquilamentos ou rendições incondicionais; assim se faz passar o máximo do seu instinto de morte. Ora, é bastante perigoso levar a crer que o acesso à verdade possa passar por semelhantes caminhos e validar assim, mesmo que somente de forma simbólica, as práticas políticas reais que poderiam ser por eles autorizadas. Imaginemos por um momento que, em uma polêmica, um dos dois adversários receba, por um toque de varinha mágica, o poder de exercer sobre o outro todo o poder que ele deseja. É inútil, aliás, imaginá-lo: basta ver como na URSS se desenrolaram, não faz tanto tempo assim, os debates a respeito da lingüística ou da genética. Seriam eles desvios aberrantes do que deveria ser a justa discussão? Não; em sua real dimensão, são as conseqüências de uma atitude polêmica cujos efeitos geralmente permanecem suspensos.

– *Através de seus livros, o senhor é considerado um idealista, um niilista, um “novo filósofo”, um antimarxista, um neoconservador... Onde o senhor na verdade se situa?*

– Acredito efetivamente que fui situado, sucessiva e às vezes simultaneamente, em todos os lugares do tabuleiro político: anarquista, esquerdista, marxista baderneiro ou enrustido, niilista, antimarxista explícito ou dissimulado, tecnocrata a serviço do gaullismo, neoliberal... Um professor americano se queixava do fato de um criptomarxista como eu ser convidado pelos Estados Unidos e fui denunciado na imprensa dos países do Leste como cúmplice da dissidência. Nenhuma dessas caracterizações é em si mesma importante; seu conjunto, em contrapartida, faz sentido. E devo reconhecer que essa significação não deixa, tanto assim, de ter a ver comigo.

É verdade que não gosto de me identificar e que me divirto com a diversidade dos julgamentos e das classificações de que fui objeto. Alguma coisa me diz que eles poderiam ter encon-

trado finalmente para mim um lugar mais ou menos aproximativo após tantos esforços em direções tão variadas; e, como não posso evidentemente duvidar da competência daqueles que se atrapalham em seus julgamentos divergentes, como não é possível denunciar sua distração ou seu preconceito, é preciso se contentar em ver, em sua incapacidade de me situar, alguma coisa que tem a ver comigo.

E que certamente diz respeito, fundamentalmente, à minha maneira de abordar as questões da política. É verdade que minha atitude não decorre dessa forma de crítica que, a pretexto de um exame metódico, recusaria todas as soluções possíveis, exceto uma, que seria a boa. Ela é de preferência da ordem da “problematização”: ou seja, da elaboração de um domínio de fatos, práticas e pensamentos que me parecem colocar problemas para a política. Não creio, por exemplo, que exista nenhuma “política” que possa, diante da loucura ou da doença mental, deter a solução justa e definitiva. Mas penso que, na loucura, na alienação, nas perturbações do comportamento, há razões para questionar a política: e a essas questões a política deve responder, porém ela jamais as responderá totalmente. Da mesma forma, em relação ao crime e à punição: seria errôneo, naturalmente, imaginar que a política nada tem a ver com a prevenção do crime e com seu castigo, portanto ela nada teria a ver com um certo número de elementos que modificam sua forma, seu sentido, sua frequência, mas também seria totalmente falso pensar que existe uma fórmula política capaz de resolver a questão do crime e terminar com ele. O mesmo para a sexualidade: ela não deixa de ter relação com estruturas, exigências, leis, regulamentações políticas que têm para ela uma importância capital: no entanto, não se pode esperar da política formas nas quais a sexualidade deixaria de ser problemática.

Trata-se, então, de pensar as relações dessas diferentes experiências com a política; o que não significa que se buscará na política o princípio constituinte dessas experiências ou a solução que regulará definitivamente seu destino. É preciso elaborar os problemas que experiências desse tipo colocam para a política. Mas também é preciso determinar o que significa “colocar um problema” na política. R. Rorty observa que, nessas análises, não recorro a nenhum “nós” – a nenhum desses “nós” cujos consenso, valores, tradição formam o enqua-

dre de um pensamento e definem as condições nas quais é possível validá-lo. Mas o problema é justamente saber se efetivamente é dentro de um “nós” que convém se colocar para defender os princípios que são reconhecidos e os valores que são aceitos; ou se não é preciso, ao elaborar a questão, tornar possível a formação futura de um “nós”. Creio que o “nós” não deve ser prévio à questão: ele só pode ser o resultado – e o resultado necessariamente provisório – da questão, tal como ela se coloca nos novos termos em que é formulada. Não estou certo, por exemplo, de que no momento em que escrevia a *História da loucura* havia um “nós” preexistente e acolhedor, ao qual bastaria que eu me referisse para escrever meu livro e do qual esse livro fosse a expressão espontânea. Entre Laing, Cooper, Basaglia e eu, não havia nada em comum, nem relação alguma. Mas o problema que se colocou para nossos leitores, e também para alguns dentre nós, foi o de saber se era possível constituir um “nós” a partir do trabalho feito e que fosse capaz de formar uma comunidade de ação.

Jamais procurei analisar seja lá o que for do ponto de vista da política; mas sempre interrogar a política sobre o que ela tinha a dizer a respeito dos problemas com os quais ela se confrontava. Eu a interrogo sobre as posições que ela assume e as razões que ela dá para isso; não exijo que ela determine a teoria do que faço. Não sou um adversário nem um partidário do marxismo; eu o questiono sobre o que ele tem a dizer a respeito das experiências que o questionam.

Quanto aos acontecimentos de maio de 68, eles decorrem, me parece, de uma outra problemática. Nessa época eu não estava na França; e só voltei vários meses depois. Pareceu-me possível reconhecer neles elementos totalmente contraditórios: por um lado, um esforço amplamente afirmado em colocar para a política toda uma série de questões que não decorriam tradicionalmente do seu domínio estatutário (a questão das mulheres, das relações entre os sexos, da medicina, da doença mental, do meio ambiente, das minorias, da delinquência); e, por outro lado, uma vontade de retranscrever todos esses problemas no vocabulário de uma teoria que decorria mais ou menos diretamente do marxismo. Ora, o processo que se instalou nesse momento conduziu não ao confisco dos problemas colocados pela doutrina marxista, mas, pelo contrário, a uma impotência cada vez mais manifes-

ta do marxismo em enfrentar esses problemas. De forma que nos encontramos diante de interrogações dirigidas à política sem que elas próprias tenham nascido de uma doutrina política. Desse ponto de vista, tal liberação do questionamento me parece ter desempenhado um papel positivo: pluralidade das questões dirigidas à política, e não reinscrição do questionamento no quadro de uma doutrina política.

– *O senhor diria que seu trabalho está centrado nas relações entre a ética, a política e a genealogia da verdade?*

– De certa maneira, seria possível dizer que, seguramente, tento analisar as relações entre ciência, política e ética. Mas não acredito que isso seria uma representação totalmente exata do trabalho que quero fazer. Não gostaria de me manter nesse nível; procuro, sobretudo, ver como os processos puderam influenciar uns aos outros na constituição de um domínio científico, de uma estrutura política, de uma prática moral. Tomemos o exemplo da psiquiatria: é certamente possível analisá-la hoje em sua estrutura epistemológica – embora ela ainda seja bastante vaga; também é possível analisá-la no contexto das instituições políticas nas quais ela é aplicada; é possível, além disso, estudá-la em suas implicações éticas, tanto do lado daquele que é objeto da psiquiatria quanto do lado do próprio psiquiatra. Meu objetivo, porém, não é esse. Procurei ver sobretudo como, na constituição da psiquiatria como ciência, na delimitação do seu campo e na definição do seu objeto, uma estrutura política e uma prática moral estavam implicadas: no duplo sentido de que elas eram supostas pela organização progressiva da psiquiatria como ciência e também eram influenciadas por essa constituição. Não teria havido psiquiatria tal como a conhecemos sem todo um jogo de estruturas políticas e sem um conjunto de atitudes éticas; porém, inversamente, a constituição da loucura como um campo de saber influenciou as práticas políticas e as atitudes éticas a ela referidas. Tratava-se de determinar o papel da política e da ética na constituição da loucura como campo particular de conhecimento científico, mas também de analisar os efeitos deste nas práticas políticas e éticas.

O mesmo ocorre a respeito da delinquência. Tratava-se de ver que estratégia política, dando seu estatuto à criminalidade, havia podido invocar certas formas de saber e certas atitudes morais; tratava-se também de ver como essas moda-

lidades de conhecimento e essas formas de moral haviam podido ser pensadas e modificadas por essas técnicas disciplinares. No caso da sexualidade, procurei enfatizar a formação de uma atitude moral; procurei, porém, reconstituir essa formação através do jogo que ela estabeleceu com as estruturas políticas (basicamente na relação entre domínio de si e domínio dos outros) e com as modalidades do conhecimento (conhecimento de si e dos diferentes campos da atividade).

De forma que, nesses três campos – o da loucura, o da delinquência, o da sexualidade –, privilegiei a cada vez um aspecto particular: o da constituição de uma objetividade, o da formação de uma política e de um governo de si, o da elaboração de uma ética e de uma prática de si. Mas a cada vez tentei também mostrar o lugar ocupado pelos dois outros componentes, necessários para a constituição de um campo de experiência. Trata-se na realidade de diferentes exemplos nos quais estão implicados os três elementos fundamentais de toda experiência: um jogo de verdade, das relações de poder, das formas de relação consigo mesmo e com os outros. E se cada um desses exemplos privilegia, de certa maneira, um desses três aspectos – uma vez que a experiência da loucura recentemente se organizou sobretudo como um campo de saber, a do crime, como um campo de intervenção política, enquanto a da sexualidade se definiu como um lugar ético –, eu quis mostrar a cada vez como os dois elementos estavam presentes, que funções eles exerceram e como cada um deles foi afetado pelas transformações dos dois outros.

– *O senhor falou antes de uma “história das problemáticas”. O que isso quer dizer precisamente?*

– Por muito tempo procurei saber se seria possível caracterizar a história do pensamento, distinguindo-a da história das idéias – ou seja, da análise dos sistemas de representações – e da história das mentalidades – isto é, da análise das atitudes e dos esquemas de comportamento. Pensei que havia aí um elemento que poderia caracterizar a história do pensamento: era o que se poderia chamar de problemas ou, mais exatamente, de problematizações. O que distingue o pensamento é que ele é totalmente diferente do conjunto das representações implicadas em um comportamento; ele também é completamente diferente do campo das atitudes que podem determiná-lo. O pensamento não é o que se presentifica em uma conduta e lhe

dá um sentido; é, sobretudo, aquilo que permite tomar uma distância em relação a essa maneira de fazer ou de reagir, e tomá-la como objeto de pensamento e interrogá-la sobre seu sentido, suas condições e seus fins. O pensamento é liberdade em relação àquilo que se faz, o movimento pelo qual dele nos separamos, constituímos-lo como objeto e pensamos-lo como problema.

Dizer que o estudo do pensamento é a análise de uma liberdade não significa que se trate de um sistema formal referido apenas a ele próprio. De fato, para que um domínio de ação, para que um comportamento entre no campo do pensamento é preciso que um certo número de fatores tenham-no tornado incerto, tenham-no feito perder sua familiaridade, ou tenham suscitado em torno dele um certo número de dificuldades. Esses elementos decorrem de processos sociais, econômicos, ou políticos. Porém, eles aí desempenham apenas a função de incitação. Podem existir e exercer sua ação por muito tempo, antes que haja uma efetiva problematização pelo pensamento. Este, quando intervém, não toma uma forma única, que seria o resultado direto ou a expressão necessária dessas dificuldades; ele é uma resposta original ou específica freqüentemente multiforme, às vezes contraditória em seus diferentes aspectos, para essas dificuldades, que são definidas por ele através de uma situação ou um contexto e que valem como uma questão possível.

Várias respostas podem ser dadas para um mesmo conjunto de dificuldades. Na maior parte do tempo, diversas respostas são efetivamente propostas. Ora, o que é preciso compreender é aquilo que as torna simultaneamente possíveis; é o ponto no qual se origina sua simultaneidade; é o solo que pode nutrir umas e outras, em sua diversidade, e, talvez, a despeito de suas contradições. Ante as dificuldades encontradas pela prática da doença mental no século XVIII, foram propostas soluções diversas: a de Tuke e a de Pinel podem aparecer como exemplos; da mesma forma, para dificuldades encontradas pela prática penal foi proposto todo um conjunto de soluções na segunda metade do século XVIII; ou ainda, tomando um exemplo bastante distante, para as dificuldades da ética sexual tradicional as diversas escolas filosóficas da época helenística propuseram soluções diferentes.

Mas o trabalho de uma história do pensamento seria encontrar na origem dessas diversas soluções a forma geral de problematização que as tornou possíveis – até em sua própria oposição; ou, ainda, o que tornou possíveis as transformações das dificuldades e obstáculos de uma prática em um problema geral para o qual são propostas diversas soluções práticas. É a problematização que corresponde a essas dificuldades, mas fazendo delas uma coisa totalmente diferente do que simplesmente traduzi-las ou manifestá-las; ela elabora para suas propostas as condições nas quais possíveis respostas podem ser dadas; define os elementos que constituirão aquilo que as diferentes soluções se esforçam para responder. Essa elaboração de um dado em questão, essa transformação de um conjunto de complicações e dificuldades em problemas para os quais as diversas soluções tentarão trazer uma resposta é o que constitui o ponto de problematização e o trabalho específico do pensamento.

É possível perceber como estamos distantes de uma análise em termos de desconstrução (qualquer confusão entre esses dois métodos seria imprudente). Trata-se, pelo contrário, de um movimento de análise crítica pelo qual se procura ver como puderam ser construídas as diferentes soluções para um problema; mas também como essas diferentes soluções decorrem de uma forma específica de problematização. Fica então evidente que qualquer nova solução que fosse acrescentada às outras decorreria da problematização atual, modificando somente alguns postulados ou princípios sobre os quais se sustentam as respostas dadas. O trabalho de reflexão filosófica e histórica é retomado no campo de trabalho do pensamento com a condição de que se compreenda a problematização não como um ajustamento de representações, mas como um trabalho do pensamento.